

ENSINO DE HISTÓRIA A PARTIR DA IMPRENSA SINDICAL DO SETOR ELÉTRICO (1992-1993)¹

TEACHING HISTORY FROM THE ELECTRICITY SECTOR TRADE UNION PRESS (1992-1993)

DOCENCIA DE HISTORIA DESDE LA PRENSA SINDICAL DEL SECTOR ELÉCTRICO (1992-1993)

Edson dos Santos Junior²

Resumo: Este artigo discorre sobre o ensino de história a partir da imprensa sindical de trabalhadores urbanitários do setor elétrico em Foz do Iguaçu, cidade situada na fronteira trinacional entre Argentina, Brasil e Paraguai. Para isto, recolhe suas fontes entre as páginas do Jornal Alerta Geral, nos anos de 1992 e 1993, discutindo possibilidades do ensino da história de trabalhadores em vista de questões como a luta por direitos, desenvolvimento social e emancipação humana. A metodologia empregada parte da lógica das mediações, conforme nos propõe Maria Ciavatta, e observa as relações entre capital e trabalho. Ao final do texto, encontram-se algumas considerações sobre possibilidades e limites da utilização da imprensa sindical enquanto recurso didático.


Palavras-chave: Ensino de história; história da classe operária; desenvolvimento humano.

Abstract: This article discusses the teaching of history from the union press of urban and electrical sector workers in Foz do Iguaçu, a city located on the tri-national border between Argentina, Brazil and Paraguay. To this end, he collects his sources from the pages of the Alert General Journal, in the years 1992 and 1993, discussing possibilities of teaching the history of workers in view of issues such as the struggle for rights, social development and human emancipation. The methodology used starts from the logic of mediations, as proposed by Maria Ciavatta, and observes the relationship between capital and labor. At the end of the text, there are some considerations about possibilities and limits of the use of the union press as a didactic resource.

Keywords: history teaching; history of the working class; human development.

Resumen: Este artículo analiza la enseñanza de la historia desde la prensa sindical

ARTIGO



de los trabajadores urbanos del sector eléctrico en Foz do Iguaçu, ciudad ubicada en la frontera trinacional entre Argentina, Brasil y Paraguay. Para ello, recoge sus fuentes de las páginas del periódico *Alerta Geral*, de los años 1992 y 1993, discutiendo posibilidades para enseñar la historia de los trabajadores de cara a temas como la lucha por los derechos, el desarrollo social y la emancipación humana. La metodología utilizada se basa en la lógica de las mediaciones, propuesta por Maria Ciavatta, y observa las relaciones entre capital y trabajo. Al final del texto se hacen algunas consideraciones sobre las posibilidades y límites del uso de la prensa sindical como recurso docente.

Palabras clave: Enseñanza de la historia; historia de la clase trabajadora; desarrollo humano.

Introduzindo a imprensa operária no ensino de história

O informativo Alerta Geral, produzido e utilizado por trabalhadores de diferentes atividades na cidade de Foz do Iguaçu em 1992 e 1993, reuniu sindicalistas urbanitários, que atuavam nas áreas de distribuição de energia elétrica, abastecimento de água e saneamento básico, de maneira fundamental para a vida da população. Além de recolher em suas páginas questões cotidianas e referentes à mobilização da classe operária, o Alerta Geral registrou pautas importantes para o debate acerca do desenvolvimento social no território durante aqueles anos.

As práticas do ensino de história, realizadas a partir desse tipo de imprensa sindical, vai além de considerar os registros da história de uma parte desses trabalhadores e torna-se útil para uma abordagem interdisciplinar sobre a questão do desenvolvimento. Neste sentido, vale começar por uma das principais contribuições dessa classe, recolhida pelo ensino de história a partir da imprensa a que estamos aludindo: o compromisso com a vida.

A vida na cidade logrou alterações substantivas após a atuação dessa classe operária. Veiculada através da oralidade, em algum suporte escrito ou mesmo em registros audiovisuais, a história operária tem no trabalho, isto é, em atividades capazes de produzir valor, um de seus principais referenciais. Contudo, um aspecto entre eles se destacaria de maneira incontornável: a transformação do mundo à sua volta. Além da capacidade operária para transformação da natureza ambiental, mediante a aplicação de técnicas determinadas e instrumentos específicos, sua capacidade para a transformação do conjunto da sociedade foi destacada já em meados do século XIX, em obras como o Manifesto do Partido Comunista (Marx; Engels, 2010).

Sendo assim, a história da classe operária não pode ser reduzida à sua atividade produtiva, ou seja, econômica, pois as relações humanas estabelecidas em uma sociedade de classes podem ser observadas em seu caráter processual e histórico, para o qual vale analisá-las de modo abrangente e considerando o comportamento de trabalhadores e trabalhadoras enquanto sujeitos históricos em movimento. “Mas se devemos considerar o movimento operário no cenário das lutas de classe, em uma relação bilateral, ou no cenário mais amplo da história nacional, não podemos tratá-lo como se atuasse isoladamente” (Hobsbawm, 2000, p. 18), mas observando a sua diversidade:

A história operária é um assunto multifacetado, embora os níveis de realidade ou de análise formem um todo: trabalhadores e movimentos, bases e líderes, os níveis socioeconômico, político, cultural, ideológico e “histórico” - tanto no sentido de operarem num contexto dado pelo passado, quanto no sentido de que mudam ao longo do tempo em determinadas maneiras específicas. Não podemos abstrair um ou mais níveis dos demais (exceto com o propósito de conveniência temporária), nem praticar

excessivo reducionismo (Hobsbawm, 2000, p. 28).

A complexidade da história operária, quando retomada a partir de fontes produzidas por seus protagonistas, assume uma importância destacada para a recuperação e o ensino dessa história. Deste modo, o informativo Alerta Geral, produzido por trabalhadores urbanitários na região da fronteira trinacional entre Argentina, Brasil e Paraguai, com destaque para os anos de 1992 e 1993, será observado nestas páginas, de uma só vez, enquanto fonte histórica e recurso didático para o ensino da história de trabalhadores, no contexto de uma questão interdisciplinar como o desenvolvimento.

Considerando a história operária em sua complexidade, convém-nos aludir a uma de suas principais particularidades, isto é, à sua existência enquanto classe, que pode ser definida como sendo um “fenômeno histórico”, capaz de atribuir sentido a um rol de acontecimentos e eventos históricos, aparentemente desconectados no tempo e no espaço. Neste sentido, “classe é definida pelos homens enquanto vivem sua própria história e, ao final, esta é sua única definição” (Thompson, 1987, p. 9-10).

Pensando acerca do ensino da história da classe operária no espaço escolar, podemos considerar a utilização do texto historiográfico durante o processo de ensino e aprendizagem nas práticas escolares, de maneira a colocar questões para os estudantes em torno da experiência de classe. Sendo assim, destacamos que a noção de experiência, segundo Thompson (1987, p. 10), está relacionada de maneira peculiar com o seu modo de conceber a classe:

A classe acontece quando alguns homens, como resultado de experiências comuns (herdadas ou partilhadas), sentem e articulam a identidade de seus interesses entre si, e contra outros homens cujos interesses diferem (e geralmente se opõem) dos seus. A experiência de classe é determinada, em grande medida, pelas relações de produção em que os homens nasceram – ou entraram involuntariamente. A consciência de classe é a forma como essas experiências são tratadas em termos culturais: encarnadas em tradições, sistemas de valores, ideias e formas institucionais. Se a experiência aparece como determinada, o mesmo não ocorre com a consciência de classe.

A experiência de classe oferece o fundamento ou matéria para a consciência em torno da história da classe operária. Não ocorrendo espontaneamente, mas provocada pelas condições concretas da vida cotidiana, essa consciência acumula, ao longo do tempo, registros históricos sobre o comportamento de trabalhadores e trabalhadoras, de seus interesses, costumes, “tradições, sistemas de valores, ideias e formas institucionais”, encontrando-se mediada pela cultura em sua complexidade simbólica, assim como mediada por relações humanas de produção, determinadas por

uma dada estrutura social (Ciavatta, 2016, p. 211). Mas a direção que essa consciência pode tomar, depende da resultante das lutas sociais e políticas em si e não apenas do grau de desenvolvimento das forças produtivas, o que o ensino da história operária é capaz de observar.

Naquilo que se refere, especificamente, à consciência da classe operária, Isabel Bilhão (2010, p. 220) escreve que essa consciência edifica-se através do embate entre as classes e por meio da percepção da exploração realizada pelas classes dominantes. Para Bilhão (2010, p. 221), a classe operária constrói a sua consciência ao longo da história e foi durante o início da década de 1980 que abordagens no campo da antropologia sobre esta classe deram-lhe maior destaque: podemos encontrar um exemplo neste sentido, que foi o encontro realizado em 1982 pela Associação Brasileira de Antropologia, no Museu Nacional do Rio de Janeiro, e que teve como tema “Questões sobre cultura operária”. Já no campo historiográfico³, um dos primeiros trabalhos a abordar a temática da identidade operária foi “A vida fora das fábricas”, de Maria Auxiliadora de Decca (Bilhão, 2010, p. 221).

Assim como o trabalho de Decca, o texto “Identidade da classe operária no Brasil (1880-1920): atipicidade ou legitimidade”, de Cláudio Batalha (1992), contribuiu com os estudos em torno da história operária, ressaltando, segundo a autora, a “ética do trabalho” como um ponto estruturante da identidade operária (Bilhão, 2010, p. 222). Dessa forma, ao longo dos anos 1990, vários textos historiográficos procuraram demonstrar, segundo Bilhão (2010, p. 224), que se a “ética do trabalho” foi importante para a formação da identidade operária, esta identidade não esteve reduzida a isto:

É, nesse âmbito de discussões, que o estudo da construção da identidade operária tem encontrado terreno fértil para ampliar e para aprofundar suas análises, priorizando as noções de experiência identitária e a percepção de que a identidade operária é construída e se constrói de forma inter-relacional com outras identidades coletivas, tanto por meio de peculiaridades locais quanto de macroinfluências (Bilhão, 2010, p. 229).

É possível notar que o ensino da história da classe operária está relacionado com o ensino da história da classe trabalhadora em geral. Se a imprensa sindical, enquanto fonte histórica, é capaz de registrar a memória da classe trabalhadora, esse registro pode ser aproveitado como um recurso, entre outros, para o ensino de história em que, segundo Casimiro e Ferraz (2011, p. 3), o material escolar “é um local privilegiado de divulgação e construção do conhecimento”, dada a sua grande inserção no universo do saber escolar.

Portanto, é importante destacar que a identidade da classe trabalhadora não é homogênea, sublinhando o que Silvia Regina Petersen (2013) observou no ensino de história que ignora representações diferentes de trabalhadores e trabalhadoras,

sobretudo com relação às questões raciais, “da mesma forma, [que] a economia, as riquezas naturais e as decorrentes especialmente da agricultura [que] pareciam emergir independentes da transformação exercida pelo trabalho humano, em qualquer de suas modalidades, inclusive aquele exercido por colonos” (Petersen, 2013, p. 77-78).

Para Petersen (2013), o trabalho subalterno realizado por alguns colonos brancos aproximava-se da exploração do trabalho escravo, exercido por elementos indígenas e negros, sendo a negação de suas identidades, enquanto trabalhadores, uma evidência de que a produção historiográfica e os livros didáticos mantinham ligações estreitas com o contexto social e teórico de seu tempo. Neste sentido, espaços como o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) e o Colégio Dom Pedro II, no Rio de Janeiro, foram bastante influentes, se consideradas as informações que transmitiam sobre o conjunto da sociedade, durante o século XIX, atingindo uma parcela significativa da população alfabetizada àquela época, embora até o início do século XX a historiografia brasileira e a historiografia sobre o Brasil foram produzidas omitindo-se a identidade trabalhadora (Petersen, 2013, p. 81-82).

Ademais, é importante observar que o livro didático tem-se afirmado enquanto uma peça importante dentro da escola, bem como para as políticas públicas voltadas para a educação e o ensino. No entanto, os materiais escolares e didáticos podem incidir de maneira variada no espaço escolar, dependendo do ambiente sociocultural em que se encontram, do período histórico, das características disciplinares específicas envolvidas, dos níveis de ensino e das suas formas de utilização, diante do que é possível classificarmos suas funções como sendo referenciais, ideológicas, culturais, instrumentais e documentais (Casimiro; Ferraz, 2011, p. 5).

Além desses aspectos funcionais do livro didático, podemos observar como a sua produção, comercialização, circulação e consumo ocorrem na sociedade capitalista, sendo que suas diferentes relações com as práticas educativas e disciplinares, com os saberes escolarizados e científicos, com a cultura, enfim, mudam ao passo em que se transforma a própria sociedade, concentrando-se mais em algumas questões e temáticas que em outras, em um dado período histórico (Casimiro; Ferraz, 2011, p. 5). Nesse sentido, e ainda segundo Casimiro e Ferraz (2011, p. 7), “é preciso entender que a construção e representação do livro didático, materializadas em discursos, imagens, narrativas e interpretações, estão ancoradas na problemática que o envolve”, sendo que essa problemática pode ser abordada em suas relações com o estudo da sociedade de mercado, para a qual:

O livro didático é mercadoria, portanto, segue uma lógica de mercado cuja venda irá direcionar seu sucesso, seu fracasso e, inclusive, seu conteúdo. O livro didático é um artefato cultural e, nesse sentido, suas condições sociais de produção, circulação e recepção estão demarcadas pelas práticas sociais assentadas na sociedade. O livro didático é fruto das políticas oficiais de educação, seguindo uma lógica que precise contemplá-las e considerá-

las, ainda que os ressignifique, como forma de aceitação num universo institucionalizado como o é a escola. O livro didático, acima de tudo, é fruto de seu tempo, obedece a certos padrões de comportamento necessários à sua própria sobrevivência, procurando afastar-se de anacronismos (Casimiro; Ferraz, 2011, p. 7).

Agora, quando nos importamos com recuperar o passado acerca da historiografia e do ensino da história do trabalho, a fim de elaborarmos considerações mais adequadas ao ensino da história operária, observamos que, se por um lado, durante todo o século XIX até o início do século XX, a história operária ainda não havia ocupado qualquer lugar de prestígio no conjunto das produções historiográficas brasileiras mais difundidas, por outro lado, esta situação modificou-se, consideravelmente, ao longo do século XX. De certa forma, e acompanhando o crescimento da classe operária no Brasil inclusive enquanto parte dos processos migratórios, essa história foi, aos poucos, sendo considerada.

Porém, o ensino da história operária não dependeu do espaço escolar para ocorrer, uma vez que trabalhadores e trabalhadoras foram capazes de educarem-se em seus espaços de mobilização e luta, entre eles os sindicatos, atentando-se para questões cotidianas e relativas ao mundo do trabalho, conforme Michel Löwy (2014) foi capaz de reconhecer, ao comparar as ideias de Rosa Luxemburgo com as de Lênin, acerca da formação da consciência de classe desses trabalhadores e trabalhadoras:

Poderíamos comparar a visão de Lênin com a de Rosa Luxemburgo com a seguinte imagem: para Vladimir Illitsch, redator do Jornal *Iskra*, a centelha revolucionária é trazida pela vanguarda política organizada, de fora para dentro das lutas espontâneas do proletariado; para a revolucionária judia-polaca-alemã, a centelha da consciência e da vontade revolucionária se acende no combate, na ação de massas (Löwy, 2014, p. 30).

Neste sentido, é possível considerar que a formação da consciência de classe a que estamos nos referindo ocorreu por meio da luta de classes, isto é, durante a experiência em que trabalhadores e trabalhadoras estiveram envolvidos com os embates cotidianos no mundo do trabalho e puderam compreender as suas condições materiais além de suas condições subjetivas. Se observamos o contexto social e algumas produções historiográficas em torno desta questão, desde os anos 1980, será possível ainda perguntar por que algumas das investidas intelectuais e acadêmicas, registradas pela historiografia da classe operária, estiveram relacionadas com o que podemos chamar de uma nova classe trabalhadora, diante da qual a precarização do trabalho, entre outras razões, cumpriu um papel decisivo em sua formação.

Possibilidades para o ensino da história operária

Além de utilizar a imprensa sindical enquanto uma fonte histórica, para o estudo do desenvolvimento social ou da luta de classes, por exemplo, é possível utilizá-la também como um recurso didático para o ensino de história que pretenda discutir questões entre desenvolvimento social e meio ambiente, remetendo-se ao desenvolvimento sustentável. Neste sentido, faz-se necessário observarmos algumas relações possíveis entre a história operária e o ensino de história, de modo que o *Jornal Alerta Geral* seja considerado no contexto histórico em que foi produzido, distribuído e assimilado.

Para Osvaldo Coggiola (2016, p. 38), se “a classe operária não podia realizar nenhuma revolução por estar ‘integrada’ ao sistema, nas décadas de 1980 e 1990 passou-se a afirmar que a classe operária estava simplesmente prestes a desaparecer”. Isso porque o incremento das forças produtivas, através de insumos tecnológicos, seria capaz de tornar dispensável boa parte dos trabalhadores e trabalhadoras industriais. Contudo, “não se deve confundir isto com o declínio do *movimento operário*, que inclui todos os setores explorados que adotam como próprias as formas de organização criadas originalmente pelo proletariado industrial” (Coggiola, 2016, p. 57-58).

Assim, essas formas de organização foram assimiladas a partir da história da classe operária, quando esta se encontrou com a história de trabalhadores e trabalhadoras que migraram pelos territórios na busca por emprego e melhores condições de vida (Dota; Queiroz, 2019, p. 417). Deste modo, mesmo quando essas pessoas não ocuparam os espaços das fábricas, mas por algum motivo precisaram realizar uma mobilização política em defesa de seus interesses de classe e de seus direitos, as formas de organização utilizadas para isto foram por elas apropriadas, a partir das formas de organização da classe operária (Coggiola, 2016).

Os registros históricos dessas formas de organização podem ser encontrados em panfletos, informativos, periódicos e jornais, como o *Alerta Geral*. As questões que podem ser levantadas a partir da imprensa operária para o ensino de história, por sua vez, apontam para algumas considerações acerca do trabalho e da educação. Segundo Maria Ciavatta (2016, p. 241), tais questões observam a lógica das mediações, para as quais existem categorias como a de tempo, de espaço e a de sujeito social, úteis para o ensino da história operária. Essas categorias encontram-se correlacionadas a outras, também importantes para a vida social, como são a liberdade e a satisfação das necessidades humanas: “O trabalho tem um papel fundamental nesse processo, como relação criadora do homem com a natureza, como atividade de autodesenvolvimento físico, material e espiritual, como manifestação de vida e como realização do reino da liberdade” (Ciavatta, 2016, p. 227-228).

Segundo Sebastian Plá (2012, p. 173), ao considerarmos o ensino de história como objeto de investigação e análise em suas multiplicidades, é preciso observar também

questões como o discurso e o conhecimento histórico escolar: “Ambas tratam de puntualizar las características de la enseñanza de la historia en cuanto acción política y la política como características inherentes” (Plá, 2012, p. 175-176). A ênfase possível sobre as formas de mobilização, de luta social e formação da experiência histórica operária, através da luta de classes, pode ser observada no Alerta Geral.

Ainda segundo Plá (2012, p. 176), a capacidade de articulação de diferentes interpretações sobre a história, dentro do espaço escolar, pode ser chamada de discurso histórico escolar; às práticas que, por sua vez, cabem articular tal discurso, são chamadas de conhecimento histórico escolar, sendo que o ensino de história, considerado em vista dessas definições, observa que as ações políticas por ele envolvidas terminam ocultando, mitigando ou excluindo diferentes interpretações sobre um passado determinado, dentro da escola. Portanto, cabe sublinhar o ensino de história, enquanto prática de poder, que “en sus diferentes ramificaciones dentro del aula, termina por seleccionar las prácticas hegemónicas, pero al mismo tiempo abre la posibilidad, según las diferentes coyunturas, de espacios contrahegemónicos” (Plá, 2012, p. 177).

Nossa atenção às práticas escolares não deve ignorar, contudo, um aspecto fundamental para o ensino de história que é o trato e utilização do texto histórico, cujos artifícios, recolhidos entre as ciências sociais, a política e a arte, precisam ser pensados. Segundo Malerba (2006, p. 11-12), como “o fato de que todo problema histórico, ao se tornar matéria da prática e da razão histórica, parte do texto e culmina no texto”, convém-nos não restringir a ideia de texto apenas ao seu suporte escrito; já para Teresa Cerqueira (2006, p. 32), “um dos objetivos da educação não é simplesmente o de efetivar um saber na pessoa, mas seu desenvolvimento como sujeito capaz de atuar no processo em que aprende e de ser parte ativa dos processos de subjetivação associados à sua vida”.

Os aportes de Malerba (2016) e Cerqueira (2006) são complementares: o primeiro, por indicar que o texto cumpre uma função específica no processo de ensino e aprendizagem, que é o convite à problematização da linguagem textual; e o segundo, por ressaltar que esse processo pode ser dirigido para a formação de sujeitos e sujeitas autônomas. O compromisso com valorizar os sujeitos da aprendizagem e os discursos dos protagonistas da história operária, neste caso, através do periódico Alerta Geral, oferece-nos portanto uma situação de aprendizagem, mediada pelo jornal operário, capaz de propiciar a apreensão crítica do mundo social no qual se vive, indo-se muito além de tentar incutir os saberes que se acredita que estudantes não possuam, resultando em uma abordagem sociocultural como a realizada por Paulo Freire e comentada por Mizukami (1986, p. 86), para quem: “Na obra de Freire, o homem é o sujeito da educação e, apesar de uma grande ênfase no sujeito, evidencia-se uma tendência interacionista, já que a interação homem-mundo, sujeito-objeto é

imprescindível para que o ser humano se desenvolva e se torne sujeito de sua práxis”.

Paulo Freire demonstrou sua convicção de que saber ensinar não significa ser capaz de transferir conhecimentos em uma “educação bancária”, maneira como o autor adjetivou esse tipo de ensino no qual se imagina transferir conhecimentos para quem não os possui. Por exemplo, se considerarmos os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), espera-se que o ensino leve os estudantes a “questionar a realidade formulando-se problemas e tratando de resolvê-los, utilizando para isso o pensamento lógico, a criatividade, a intuição, a capacidade de análise crítica, selecionando procedimentos e verificando sua adequação” (Brasil, 1998, p. 8), mas não devemos supor que os educandos desconhecem completamente o mundo em que vivem. Trata-se de reconhecer as categorias que estes utilizam em sua maneira de pensar e compreender a realidade observada.

Outro aspecto importante do processo de aprendizagem, garantido pelos PCNs, é que “os alunos gradativamente possam ampliar a compreensão de sua realidade, especialmente confrontando-a e relacionando-a com outras realidades históricas, e, assim, possam fazer suas escolhas e estabelecer critérios para orientar suas ações” (Brasil, 1998, p. 43). Tal aspecto desse processo pode ser bem encaminhado pelo professor nas aulas de história operária que utilizem fontes históricas, como o Alerta Geral, em conformidade com o que afirmou Paulo Freire (1996, p. 43):

É assim que venho tentando ser professor, assumindo minhas convicções, disponível ao saber, sensível à boniteza da prática educativa, instigando por seus desafios que não lhe permitem burocratizar-se, assumindo minhas limitações acompanhadas sempre do esforço por superá-las, limitações que não procuro esconder em nome mesmo do respeito que me tenho e aos educandos.

Neste sentido, analisar a imprensa operária que pode ser utilizada em sala de aula enquanto fonte histórica representa um desafio de aprendizagem para o próprio educador. Vejamos que, ao comentar a abordagem freiriana do processo educativo, Mizukami (1986) salienta que “num regime autenticamente democrático devem estar incluídos todos os homens como, igualmente, deve haver lugar [de análise] para todas as ideologias” (Jorge, 1981 *apud* Mizukami, 1986, p. 90). Além disso, e tratando das relações entre educação e sociedade, sublinhamos o pensamento de Dermeval Saviani (2008, p. 5), para quem “a função básica da educação é a reprodução da sociedade” e, neste sentido, a escola tende a reproduzir a sociedade burguesa que lhe condiciona, o que precisa ser discutido nas aulas de história operária. Isto não resulta em conceber a escola enquanto um espaço isento de disputas e livre da luta de classes, mas aponta para uma abordagem nomeada por Saviani (2008, p. 30) como concepção crítico-reprodutivista:

Detenhamos da concepção crítico-reprodutivista a importante lição que nos trouxe: a escola é determinada socialmente; a sociedade em que vivemos, fundada no modo de produção capitalista, é dividida em classes com interesses opostos; portanto, a escola sofre a determinação dos conflitos de interesses que caracteriza a sociedade.

Saviani (2008) apresenta-nos uma reflexão sobre as práticas escolares que destaca os interesses opostos e inconciliáveis existentes na luta de classes, entre a burguesia e o proletariado. Sendo assim, vale ressaltar apenas que a luta de classes não se limita à posição dos indivíduos na estrutura econômica da sociedade a que pertencem, mas observa também como tais indivíduos e grupos sociais posicionam-se, tanto a partir da conjuntura em que se encontram, como a partir da mentalidade que possuem.

O debate sobre a construção de uma sociedade verdadeiramente democrática passa pelas críticas de tendências existentes que visam simplificar o processo de ensino e aprendizagem em torno da história, evitando homogeneizar os estudantes que, por sua vez, possuem não apenas diferentes trajetórias de vida e diferentes experiências, como possuem, ainda, diferentes maneiras de pensar; logo, é preciso atenção para observar aquilo que escreveram Bordenave e Pereira (2015, p. 63), isto é, que “talvez pelo desejo subconsciente de simplificar seu trabalho docente, o professor tende, em geral, a considerar o ‘corpo discente’ como uma massa homogênea e indiferenciada”.

O periódico Alerta Geral para o ensino da história do trabalho elétrico

O uso da imprensa sindical nas aulas de história, enquanto fonte histórica e recurso didático, requer a discussão, historicamente contextualizada, do tema e das questões a serem abordadas durante essas aulas; além disso, é importante recuperar o próprio contexto histórico da produção do material a ser utilizado. Neste sentido, o Sindicato dos Trabalhadores Urbanitários em Foz do Iguaçu reuniu, no início da década de 1990, trabalhadores eletricitários de empresas de geração e distribuição de energia, como a Usina Hidrelétrica Binacional de Itaipu e a Eletrobras/Furnas, além de trabalhadores da Companhia Paranaense de Energia Elétrica (Copel) e da Companhia de Saneamento do Paraná (Sanepar).

Neste caso, o jornal Alerta Geral (AG)⁴ registrou, entre 1992 e 1993, as lutas sociais e políticas de boa parte da sociedade iguaçuense, não apenas da classe operária de maneira específica. Agregando as reivindicações de diversos setores da classe trabalhadora, e inclusive de indígenas Avá-Guarani, este jornal acabou vocalizando a mobilização de diferentes grupos sociais acerca de pautas variadas. Sendo assim, o professor ou professora de história, que pretende lecionar sobre a história dos trabalhadores eletricitários e considera utilizar a imprensa sindical, enquanto material ou fonte histórica, para a discussão dessa história em suas aulas, dispõe de um

recurso didático útil para propor debates transversais, desde temas como a história da cidade, história do trabalho, história das migrações e história dos movimentos sociais populares, até sobre a história dos movimentos indígenas, por exemplo.

Utilizando o informativo Alerta Geral, pode-se tratar de questões como o desenvolvimento social e sustentável no ensino de história, sendo possível problematizar acerca das desigualdades sociais e da degradação ambiental, provocadas pelo capitalismo, e observar a produção de energia, voltada para o desenvolvimento regional, discutindo os registros da luta por direitos fundamentais e por direitos humanos na história do trabalho eletricitário. Como a luta de classes provocou a evolução das relações sociais, tais relações alcançaram uma variedade de questões, como se poderá notar.

Desta forma, a mobilização dos trabalhadores urbanitários em Foz do Iguaçu, em defesa de seus direitos, registrou debates sobre questões que se referem aos Acordos Coletivos de Trabalho (ACT), em oposição à negociação individual, geralmente proposta pelas empresas, em que a força corporativa pode sobrepor os interesses patronais aos interesses da classe trabalhadora, reduzindo a capacidade de cada trabalhador ou trabalhadora em defender, categoricamente, os seus direitos. Com desdobramentos sobre a vida concreta dos trabalhadores e de suas famílias, a resistência da classe operária, diante da retirada de seus direitos no contexto dos anos 1990, está registrada no periódico Alerta Geral.

Isto significa que discutir com os e as estudantes uma questão como a do desenvolvimento social, a partir da história operária, implica em considerar fontes históricas capazes de representar as suas formas de mobilização, organização e atuação política enquanto classe. Para isto a imprensa operária serve, substancialmente: os indícios da mobilização da classe operária, em defesa de condições necessárias e adequadas de sobrevivência e trabalho, podem ser recuperadas através de sua imprensa sindical e analisada durante as aulas de história.

Importa destacar, por exemplo, que tais formas de mobilização, organização e atuação, puderam favorecer as condições de subsistência de um conjunto ampliado de pessoas, na medida em que o trabalho operário não beneficiou apenas e diretamente os trabalhadores e trabalhadoras diretamente envolvidos, mas beneficiou também todos que com ele se encontravam relacionados além de suas famílias, agregados e, por extensão, o conjunto da sociedade. Essas e outras questões podem ser observadas mais adiante nos trechos citados do periódico que temos em pauta.

O informativo Alerta Geral também foi espaço para o debate de questões polêmicas da sociedade: entre elas, registrou-se, por exemplo, a oposição ao punitivismo observado através da pena de morte, argumentando-se de maneira comparada com o populismo penal existente nos Estados Unidos em torno da pena de morte naquele

ARTIGO

país e a vitimação de inocentes, que atinge, de modo dramático, a população negra e pobre estadunidense (SINEFI, 1992, AG 1/4, p. 1). Neste caso, nota-se que o ensino da história operária, aludindo às questões cujos desdobramentos podem remeter ao desenvolvimento, viabiliza, até mesmo, a discussão e o debate de temas polêmicos em perspectiva comparada e podendo ser mediados pela imprensa operária junto aos estudantes em sala de aula (Ciavatta, 2016, p. 210).

O debate em torno de polêmicas desse tipo pode ser, inclusive, interdisciplinar, se relacionado com o ensino dos direitos humanos, por exemplo; assim como o debate acerca dos ACT permite-nos problematizar sobre a questão do desenvolvimento social e humano tendo em vista as condições precárias de trabalho. Além disso, o Alerta Geral apresenta um espaço especial em suas páginas (SINEFI, 1992, AG 1/4, p. 2), chamado “Coluna do Boca Dura”: tal espaço propõe um diálogo com os leitores, em linguagem coloquial e frequentemente despojada de arestas gramaticais próprias à norma culta da língua portuguesa. Não menos compreensível, senão mais descontraída, essa coluna aborda assuntos e questões relevantes para as formas de mobilização da classe operária, suas discussões e debates em torno de algumas pautas e reivindicações:

Ha! Como tem gente prepotente nesta tal Itaipu. Enquanto a empresa procura manter um bom relacionamento com los hermanos tem alguns chefetes que não se preocupam nem um pouco com isso e não perdem a oportunidade de usar os seus cargos para tratar com grosserias todos os funcionários. É o caso do tal de Giorgio Drexler, chefe do DAM do Paraguai. Esse rapaizinho não é mais grosso por falta de espaço, tem tratado os brasileiros e paraguaios de forma estúpida e autoritária. Será que ele pretende ser o sucessor do Stroesner [sic]? (SINEFI, 1992, AG 1/4, p. 2).

Este trecho do “Boca Dura” é interessante, pois com apenas um parágrafo coloca-se a Usina de Itaipu e um dos seus agentes politicamente alinhado com o patronato, em situação constrangedora devido ao seu comportamento, de uma só vez agressivo e tratante, em relação aos trabalhadores, evidenciando dessa maneira as desigualdades de poder existentes e que podem ser observadas a partir das relações entre capital e trabalho. Além disso, pode-se observar o registro do internacionalismo existente no mundo do trabalho entre os operários brasileiros e paraguaios, “los hermanos”, da Usina Binacional, postos em condições análogas de trabalho e tratamento por parte de seus superiores. A comparação com o regime ditatorial paraguaio ali presente, que vigorou entre 1954 e 1989, demonstra a consciência do sentido político dos hábitos e comportamentos entre as classes sociais nos espaços de trabalho (Ciavatta, 2016, p. 223).

O “Boca Dura” não se prestava apenas ao embate político e cultural do operariado em relação aos seus chefes: a coluna trazia também a expressão das contradições postas entre os próprios operários. Algumas vezes, buscou provocar um alinhamento

ARTIGO

efetivo no conjunto das lutas operárias, outras questionou comportamentos e decisões de maneira aberta, expondo as dissidências ali presentes, como se pode verificar nos trechos que citamos a seguir, intitulados “Fernandinho Linha Dura” e “Peão desenganado”:

Fiquei sabendo que o tal do Fernandinho é linha dura até com a família. Lá quem arruma a própria cama recebe um dinheiro pela tarefa; quem engraxa o próprio sapato, recebe outro tanto; notas nas matérias da escola tem que ser azul, caso ajam [sic] vermelhas, cai em débito e aí a coisa pega!!! (SINEFI, 1992, AG 1/4, p. 2).


Tem gente dizendo que só foi pegar o tal de empréstimo da “Afundação” porque queria trocar de carro. Mas a rádio peão informou é que o tal carro é da marca “conta no açougue, padaria ou armazem”. Desce da cadeira Mocorongo, admita que a situação tá preta e venha se unir com a gente que está na mesma luta. Quando os teus filhos forem dormir, olha para as carinhas deles e responda a si próprio: “sou um homem ou um bago de jaca” (SINEFI, 1992, AG 1/4, p. 2).

Estes dois parágrafos contêm material relevante para o ensino da história operária no que se refere ao comportamento, cotidiano e, até mesmo, ao pensamento econômico da classe, considerando que o “Fernandinho Linha Dura” manifesta sua maneira de atribuir valor econômico às tarefas domésticas e escolares que, habitualmente, não seriam remuneradas em uma situação comum ou trivial; no segundo trecho citado, que o jornal intitula de “Peão desenganado”, uma operação financeira, qual seja o empréstimo, é questionada em suas finalidades para evidenciar o posicionamento político de um trabalhador que parece se recusar a reconhecer que ele integra uma classe social específica, e critica a afirmação de valores como o egoísmo e o individualismo. Ambos os parágrafos estão atravessados por alguma ironia e até mesmo sarcasmo. Em seguida, a coluna registra, enfática: “Vale lembrar: se correr o bicho pega, se ficar o bicho come, se unir o bicho foge” (SINEFI, 1992, AG 1/4, p. 2).

Nota-se que a vida operária registrada no jornal sindical não se limita aos embates previsíveis entre capital e trabalho, o que por si só já sublinharia a importância da organização sindical. Mas esse tipo de fonte possui utilidade para o ensino de história do trabalho, na medida em que ele representa o registro não apenas de reivindicações de classe, mobilização, conquistas e desafios aos trabalhadores e trabalhadoras, como também por registrar a complexidade própria da vida social e da história, em seus mais diferentes aspectos, sejam eles econômicos, políticos, culturais, recreativos ou de sociabilidade (Ciavatta, 2016, p. 224).

Partindo de temas nos quais inclusive o desenvolvimento foi problematizado, o

ARTIGO




Alerta Geral discutiu o sentido das linhas de transmissão de energia em alta-tensão e a proliferação de tumores e cânceres nos trabalhadores: retomando uma pesquisa realizada pela Fundação Oswaldo Cruz no Rio de Janeiro, o jornal registrou, em 1993, que “o que mais chamou a atenção foi a presença entre eletricitários de um tipo raro de câncer. [...] A pesquisa revelou que 0,8% da população carioca morreu com câncer dos seios nasais (cavidade dos ossos atrás do nariz). Entre os eletricitários a incidência foi de 5%” (SINEFI, 1992, AG 1/4, p. 4). Uma questão como essa pode ser trabalhada em uma aula de história, desde seu caráter transdisciplinar, atentando-se para as relações possíveis entre desenvolvimento econômico, sociedade, trabalho e saúde pública, por exemplo.

Além do registro de temas que aludiram ao cotidiano de trabalhadores eletricitários, o jornal (SINEFI, 1992, AG 1/4, p. 5) registrou também debates acerca de questões sul-americanas, como a integração entre os países signatários do Mercado Comum do Sul (Mercosul) a partir do Tratado de Assunção, firmado entre Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai, em 1991. O interesse da imprensa sindical por pautar questões como a integração do Brasil com outros países da América do Sul pode demonstrar a importância da visão estratégica da classe trabalhadora dessa região e, além disso, representar a diversidade temática do jornal, e inclui uma leitura conjuntural da classe trabalhadora interessada no assunto. Este material pode ser utilizado em uma aula de história em que interessem as intersecções entre desenvolvimento e regionalismo latino-americano discutindo com os estudantes, por exemplo, os interesses da classe operária diante da integração regional.

O ensino da história contemporânea da América Latina e Caribe, ou seja, aquela mais próxima de nossos dias, pode envolver os estudantes com sucesso, tanto em uma abordagem crítico-reprodutivista, de acordo com Saviani (2008), como em uma abordagem sociocultural, como aquela proposta por Paulo Freire (1996). Neste sentido, a imprensa operária apresenta uma articulação complexa e interessante para aulas de história, por registrar a dinâmica da vida social a partir dos indícios da atuação de sujeitos e sujeitas como os trabalhadores e trabalhadoras, por si mesmos. Isto favorece, até mesmo, o autorreconhecimento de estudantes trabalhadores e trabalhadoras ao se concentrarem na história (Ciavatta, 2016, p. 225).

A questão indígena está presente no Alerta Geral e relaciona-se com as demais questões em torno do desenvolvimento que estão presentes no jornal através do litígio entre os Avá-Guarani e a Itaipu Binacional, por conta da expulsão dos indígenas de seu território por motivo do alagamento para a criação do reservatório da barragem: “Itaipu está indiferente aos prejuízos que causou aos índios” e “Itaipu enrola povo Avá-Guarani” (SINEFI, 1993b, AG 2/15, p. 4), diz o jornal. Deste modo, o periódico estabelece um posicionamento favorável à mobilização indígena na fronteira trinacional, ao passo que isto pode significar ainda uma intenção específica da classe operária em unificar



ARTIGO

os movimentos indígena e operário na fronteira entre Brasil e Paraguai, onde a usina foi instalada. Além disso, o jornal expôs a truculência da ditadura militar com os indígenas para a implementação da usina, levando-os à oposição em relação à Itaipu e colocando-os contra as medidas dos governos brasileiro e paraguaio, frente às quais não possuíam poder efetivo sobre as principais decisões⁵.

Outra questão importante e relativa ao debate em torno do desenvolvimento, encontra-se sob o registro da mobilização contra as privatizações de empresas estatais brasileiras. A esse respeito, a classe operária demonstra possuir plena consciência de que as privatizações de empresas estratégicas para o desenvolvimento sustentável do país resultariam no aumento da subordinação da classe trabalhadora à iniciativa privada e ao capital estrangeiro, além do avanço da degradação das relações de trabalho, solvência da garantia efetiva dos direitos trabalhistas e atentados de todo tipo à soberania nacional. É o que se pode verificar nos seguintes excertos de texto:


O movimento sindical continua mobilizando caravanas à Brasília, desta vez para conseguir evitar maiores estragos. Os trabalhadores enfrentarão os empresários, que decidiram atuar em conjunto, unindo interesses das grandes indústrias do país, lideranças do setor comercial e empresas de capital estrangeiro. Um dos principais alvos deste grupo é abrir espaço para a privatização ampla das empresas estatais e permitir maior mobilidade das multinacionais no Brasil (SINEFI, 1993c, AG 2/18).

Se o sistema Telebrás for privatizado será tecnicamente possível que as redes de telecomunicações brasileiras sejam controladas por países do outro lado do oceano. O alerta é do Sindicato dos Engenheiros de São Paulo. Conforme o Seesp, a evolução tecnológica conquistada pelo setor e o controle das redes digitais integradas, locais e interurbanas, são atrativos ao capital privado [...] (SINEFI, 1993d, AG 2/19).

No primeiro excerto encontramos mais que o registro da consciência política e programática do movimento operário: nota-se a determinação desse movimento por lutar em defesa da soberania brasileira, expressa em sua capacidade produtiva e importância da propriedade pública dos meios de produção estratégicos para o desenvolvimento nacional. Assim, a conjuntura favorável à união dos “interesses das grandes indústrias do país, lideranças do setor comercial e empresas de capital estrangeiro” é respondida com a luta social da classe trabalhadora. Neste caso, nota-se ainda o protagonismo dos movimentos sociais para a construção de uma sociedade democrática. Enfim, trata-se de bem utilizar fontes históricas como o jornal dos trabalhadores eletricitários para uma discussão na sala de aula acerca da história recente do Brasil, do Estado Democrático de Direito e do desenvolvimento sustentável.

O segundo excerto é importante para uma aula em que se possa discutir com os

ARTIGO




alunos e alunas o papel das tecnologias de informação nesse assunto, as relações possíveis entre Estado, sociedade civil e povos indígenas em torno do tema, além de discutir o empoderamento cultural das massas, entre outras questões, recuperando o processo histórico capaz de oferecer os recursos disponíveis para a realização, ou tentativas de realização, do desenvolvimento de países do sul global como o Brasil. A dimensão política do uso dessas tecnologias e sua instrumentalização por empresas, governos, associações civis e comunidades podem ser exploradas, com sucesso, na sala de aula durante o ensino de história.

Os trechos citados são eloquentes acerca das dinâmicas de participação do Estado na economia, observando sua atuação enquanto regulador do comportamento econômico no país e, além de outras questões, permite-nos discutir os impactos das medidas de contingenciamento dos gastos com os serviços públicos. Esta e outras questões podem ser discutidas, por exemplo, em uma atividade de aula acerca dos impactos de tal orientação estatal sobre a vulnerabilidade social de grupos historicamente marginalizados. Ainda no campo da garantia efetiva de acesso aos direitos sociais, a imprensa operária destaca alguns de seus militantes combativos, que levaram à justiça a situação de seus embates em um regime democrático de direito:

No dia 2 de junho [de 1993], os sindicalistas Flaldemir Sant'Anna de Abreu e Adriano Bardou Martins retornaram ao trabalho, por determinação de uma liminar expedida pela juíza. Mas foram novamente afastados na mesma semana, pois a decisão foi suspensa por um mandado de segurança impetrado pela empresa. No dia 15, Eneida Cornel proferiu que a determinação agora deverá ser mantida. [...] Ela afirma que a empresa em momento algum impugnou os documentos oferecidos pelos sindicalistas como prova de que a demissão foi efetuada por sua participação na greve de fome, em janeiro, em Assunção. Eneida Cornel cita ainda que a Itaipu Binacional comprometeu-se a criar as comissões paritárias de conciliação, no acordo que suspendeu a greve geral dos trabalhadores brasileiros e paraguaios, no dia 9 de março. [...] A Itaipu defendeu-se afirmando que não demitiu-os por justa causa, “por benevolência”. A juíza também não aceitou este argumento. Entendeu que a empresa agiu deste modo para evitar dificuldades maiores em sua defesa, “pois sabia que a despedida por justa causa dependeria de autorização judicial, através de requerimento para apuração de falta grave” (SINEFI, 1993a, AG 2/12).

Este registro do litígio de sindicalistas com a usina hidrelétrica Itaipu Binacional é importante porque, entre outros motivos, apresenta o funcionamento do Estado Democrático de Direito no local, em uma ocasião em que o poder econômico e político empresarial teve dificuldades para colocar-se acima das disputas judiciais na ocasião da defesa de seus interesses econômicos. As contradições do Estado burguês, em sua modalidade republicana, demonstram que ele é também um campo de disputas e,



quando as instituições não são instrumentalizadas por interesses escusos, não apenas o acesso ao direito é garantido como também se poderá garantir a efetividade da justiça.

Além disso, a confiança dos sindicalistas nas instituições parece estar colocada acima dos embates políticos, demonstrando não apenas a complexidade do Estado, em termos de sua orientação política e em relação à sociedade civil, mas também demonstrando características fundamentais de um regime liberal e democrático. O posicionamento da juíza mencionada representa a possibilidade dos operadores do Direito em atuar de maneira estritamente profissional, não se rendendo aos interesses escusos de qualquer tipo.

Quanto à persistência da luta dos sindicalistas que, chegando ao extremo da greve de fome como manifestação política, enfrentaram os interesses determinados da Itaipu Binacional, suas resistências foram capazes de garantir os seus direitos e de impor uma derrota política às forças do capital. Enfim, uma fonte histórica como o informativo dos trabalhadores urbanitários que temos em pauta pode ser utilizada, inclusive, em uma aula de história da América Latina contemporânea, para discutir com os estudantes sobre as relações entre sociedade civil, movimentos sociais e o poder judiciário, por exemplo.

Considerações

A partir do fim da Guerra Fria, com a dissolução da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas em 1991, observou-se a expansão e consolidação de regimes liberais e democráticos em vários lugares do Mundo (Hobsbawm, 1995), inclusive no Brasil. Mesmo nos casos onde isto não iria se confirmar, o cenário resultante do encerramento da chamada bipolaridade do sistema internacional, quando antes vários países acervavam-se, por um lado, da União Soviética e, por outro, dos Estados Unidos, esse processo histórico resultou no aprofundamento da luta de classes e na elevação da competitividade entre os países centrais, também chamados de grandes potências.

Segundo Osvaldo Coggiola (2016, p. 47), havia no Brasil em 1993 cerca de 62 milhões de pobres, migrantes e indigentes, o que à época representava algo em torno de um terço da população do país, isto é, “mais do que diante de uma ‘lógica da exclusão’, estávamos diante de uma ‘lógica da inclusão flexível’”, pois o trabalho informal a que lhes submetiam as elites nas áreas rurais crescia, sobretudo nas áreas urbanas, assumindo a forma evidente de trabalho análogo à escravidão. Neste sentido, a informatização dos processos de trabalho, uma tendência notória em alguns setores do capital naquele momento, engajados em combater a queda da taxa de seus lucros, levou muitos analistas a acreditar no “fim do proletariado” (Coggiola, 2016, p. 47-48).

ARTIGO

O crescimento do setor [de] serviços, no Primeiro Mundo e, em grande parte, também no restante do planeta, foi realizado a expensas principalmente do setor agrário, não do setor industrial, que manteve, no quadro da crise econômica mundial, uma percentagem mais ou menos constante na economia geral: do ponto de vista do proletariado, isto significava que, no contexto da mão de obra global, “seu declínio *relativo* aconteceu no quadro de um incremento *absoluto* da força de trabalho industrial”: “em escala mundial, existem mais trabalhadores industriais do que em qualquer período da história” (Kellog, 1987 *apud* Coggiola, 2016, p. 49).

Algumas dessas transformações do capitalismo e da classe trabalhadora resultaram em migrações de populações do campo para as cidades, de regiões com menor infraestrutura social e urbana para locais e regiões em estado mais avançado de urbanização. Se a classe operária não tende a desaparecer, suas reivindicações econômicas poderão persistir, como poderão persistir ainda as suas formas de organização e luta junto aos demais grupos oprimidos da sociedade. Como é o capitalismo que se encontra em crise, e não a existência do proletariado, a diversificação do trabalho acaba resultando na “subcontratação local, regional e sobretudo global”, conforme escreve Coggiola (2016, p. 55).

O recurso didático ao qual fizemos alusão nestas páginas ocupa um lugar de produção e disputa social de memórias, um modo específico de ver e registrar as práticas e relações de poder, de avaliar as experiências históricas dos trabalhadores e trabalhadoras enquanto classe para si, e tanto docentes quanto estudantes precisam observar isto, quando se dispuserem a analisar o tipo de fonte histórica representado pela imprensa sindical e operária. Observando a sua experiência histórica, as relações sociais que estabelecem e considerando as suas necessidades mais imediatas, trabalhadores e trabalhadoras migrantes, por exemplo, podem recorrer às mais diversas razões para se reconhecerem de tal ou qual maneira, o que não significa, de maneira alguma, que essa variedade identitária represente o abandono das relações sociais de trabalho e sua consciência de classe.

Assim, a noção de desenvolvimento econômico que se costuma apresentar de modo rotineiro nas aulas de história pode ser problematizada, pretendendo discutir as contradições existentes entre crescimento econômico, persistência das desigualdades sociais, da concentração das riquezas socialmente produzidas, além da degradação ambiental. Sublinhando as desigualdades socioeconômicas e impactos socioambientais provocados pelo capitalismo, a imprensa operária, em geral, e o periódico Alerta Geral, em particular, possuem um potencial significativo ainda não utilizado no ensino de história. No entanto, a transfiguração dos interesses da burguesia em interesses nacionais continuará desfavorecendo os grupos sociais marginalizados, conforme escreveu Florestan Fernandes (1975, p. 12-19), para quem “os interesses privados

internos estão empenhados na exploração do subdesenvolvimento em termos de orientações de valor extremamente egoístas e particularistas”.

Por isto, o ensino da história operária, dedicado a analisar e compreender diferentes formas de conflitos entre as classes sociais, precisa observar o contexto das formas de mobilização, organização e atuação da classe operária, sem ignorar as relações sociais, raciais, geracionais, de gênero e culturais no mundo do trabalho. Neste sentido, a utilização da imprensa operária pode fazer grande diferença no debate acerca do desenvolvimento humano, contanto que ela não seja utilizada enquanto recurso didático ou fonte histórica isoladamente. Ao registrar as lutas sociais e políticas levadas a efeito pelo movimento operário, o Alerta Geral vai além de informar os trabalhadores e trabalhadoras e produz material para análise crítica do conjunto da sociedade, sobre suas dinâmicas, conquistas e desafios, a partir da problematização das relações entre capital e trabalho. Entre outras contribuições, esse tipo de fonte histórica dispõe sobre um olhar particular acerca dos modos de vida e do cotidiano em determinado lugar.

A importância da inserção dos registros da imprensa operária em livros didáticos aproxima-se da importância da inclusão da história de outros movimentos sociais e populares nestes recursos didáticos, como a história dos movimentos indígenas. O caso que consideramos aqui, envolvendo a solidariedade do movimento operário à luta dos povos Avá-Guarani, é demonstração disto: os movimentos indígenas podem ser considerados, geralmente, como protagonistas de uma resistência fundamental ao capitalismo na região da fronteira trinacional de Argentina, Brasil e Paraguai. Sendo a produção historiográfica sobre a classe operária no Brasil algo relativamente recente, ela terá muito o que considerar, e este artigo não é mais que uma pequena parte das contribuições nesse sentido:

Lutar contra a marginalidade por meio da escola significa engajar-se no esforço para garantir aos trabalhadores um ensino da melhor qualidade possível nas condições históricas atuais. O papel de uma teoria crítica da educação é dar substância concreta a essa bandeira de luta de modo a evitar que ela seja apropriada e articulada com os interesses dominantes (Saviani, 2008, p. 31).

Assim, os interesses dominantes, mencionados por Saviani (2008), correspondem, no caso que temos em pauta, aos interesses das elites fundiárias ligadas ao agronegócio e da pequeno-burguesia, por exemplo, dedicadas a impedir o empoderamento das massas trabalhadoras em um possível regime democrático, popular ou em alguma estratégia socialista. A mobilização operária no Brasil, durante o início da década de 1990, assumiu desafios consideráveis pela defesa do desenvolvimento com inclusão e justiça socioambiental, procurando envolver o conjunto da sociedade brasileira, em uma perspectiva de mudanças qualitativas. Em Foz do Iguaçu, o operariado observou

a solidariedade de classe entre diferentes setores da classe trabalhadora, além de estabelecer relações com indígenas Avá-Guarani. Contudo, os exemplares consultados do Alerta Geral não mencionam, por exemplo, a mobilização existente das mulheres trabalhadoras nem das populações negras, o que indica a importância da realização de mais pesquisas sobre isto.

A precarização das relações de trabalho, registradas nas páginas do jornal dos trabalhadores eletricitários, está ligada às demandas contemporâneas do capitalismo globalizado nas periferias desse sistema, expondo as contradições registradas por esse desenvolvimento com profundas desigualdades multidimensionais. Neste sentido, a educação dirigida para a emancipação humana pode cumprir um papel decisivo para a construção e o exercício efetivo da cidadania plena. Com destaque para a importância dos movimentos sociais, populares, indígenas, feministas e negros, entre outros movimentos sociais ocupados com a superação da fome, da exclusão social e das desigualdades socioeconômicas, a imprensa operária tem sua contribuição que dar para o ensino de história, para a realização da soberania nacional e para o desenvolvimento humano sustentável, somando-se às valiosas contribuições da educação, dos educadores e educadoras, com os educandos.

Referências

BILHÃO, Isabel. A construção da identidade operária brasileira: aspectos de uma trajetória historiográfica (do nacional ao local). *Revista Mundos do Trabalho*, Florianópolis, v. 2, n. 4, p. 218-234, ago./dez. 2010. DOI: <https://doi.org/10.5007/1984-9222.2010v2n4p218>.

BORDENAVE, Juan Díaz; PEREIRA, Adair Martins. *Estratégias de ensino-aprendizagem*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetros Curriculares Nacionais: história*. Brasília: MEC/ SEF, 1998.

CASIMIRO, Ana P. B. S.; FERRAZ, Ronaldo Oliveira. A classe trabalhadora no livro didático: Memória e História. In: JORNADA DO HISTEDBR, 10., 2011., Vitória da Conquista. Anais [...]. Campinas: HISTEDBR, 2011.

CERQUEIRA, Teresa Cristina Siqueira. O professor em sala de aula: reflexão sobre os estilos de aprendizagem e a escuta sensível. *PSIC*, São Paulo, v. 7, n. 1, p. 29-38, jun. 2006. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/psic/v7n1/v7n1a05.pdf>. Acesso em: 18 nov. 2023.

CIAVATTA, Maria. O conhecimento histórico e o problema teórico-metodológico das mediações. In: FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M. (org.). *Teoria e educação no labirinto do*

capital. 4. ed. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2016.

COGGIOLA, Osvaldo. O trabalho na segunda metade do século XX. *Revista Brasileira de Desenvolvimento Regional*, Blumenau, v. 4, n. 1, p. 31-76, 2016. DOI: <http://dx.doi.org/10.7867/2317-5443.2016v4n1p031-076>.

DOTA, Ednelson Mariano; QUEIROZ, Silvana Nunes de. Migração interna em tempo de crise no Brasil. São Paulo. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, Presidente prudente, v. 21, n. 2, p. 415-430, maio/ago. 2019. DOI: <https://doi.org/10.22296/2317-1529.2019v21n2p415>.

FERNANDES, F. *Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina*. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia*. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

HOBBSBAWM, E. História operária e ideologia. In: HOBBSBAWM, E. *Mundos do trabalho: novos estudos sobre história operária*. Tradução de Waldea Barcellos e Sandra Bedran. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000. p. 15-31.

HOBBSBAWM, Eric. *Era dos extremos: o breve século XX (1914-1991)*. Tradução de Marcos Santarrita. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

LÖWY, Michael. A centelha se acende na ação: a autoeducação dos trabalhadores no pensamento de Rosa Luxemburgo. *Educação e Filosofia*, Uberlândia, v. 28, n. 55, p. 27-38, jan./jun. 2014. DOI: <https://doi.org/10.14393/REVEDFIL.issn.0102-6801.v28n55a2014-p27a38>.

MALERBA, Jurandir (org.). *A história escrita: teoria e história da historiografia*. São Paulo: Contexto, 2006.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *Manifesto do Partido Comunista*. 2. ed. São Paulo: Martin Claret, 2010.

MIZUKAMI, Maria da Graça Nicoletti. *Ensino: as abordagens do processo*. São Paulo: EPU, 1986.

PETERSEN, Silvia Regina Ferraz. Da historiografia aos bancos da escola: o tema do trabalho e dos trabalhadores nos livros didáticos de História do Brasil no século XIX. In: FORTES, Alexandre; LIMA, Henrique Espada; XAVIER, Regina Célia Lima; PETERSEN, Silvia Regina (org.). *Cruzando fronteiras: novos olhares sobre a história do trabalho*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2013. p. 77-102.

PLÁ, Sebastián. La enseñanza de la historia como objeto de investigación. *Secuencia*, México, n. 84, p. 163-184, dic. 2012. Disponível em: https://www.scielo.org.mx/scielo.php?pid=S0186-03482012000300007&script=sci_abstract. Acesso em: 18 nov. 2023.

SANTOS JUNIOR, Edson. Espacio-temporalidad en las migraciones: indígenas Guaraní en conflicto con el desarrollo antidemocrático o desarrollismo. *Revista Orbis Latina*, Foz do Iguaçu, v. 8, n. 2, p. 136-150, jul./dez. 2018. Disponível em: <https://revistas.unila.edu.br/orbis/article/view/1466>. Acesso em: 18 nov. 2023.

SAVIANI, Dermeval. *Escola e democracia*: teorias da educação, curvatura da vara, onze teses sobre a educação política. 40. edição. Campinas, SP: Autores Associados, 2008.

SINEFI - SINDICATO DOS ELETRICITÁRIOS DE FOZ DO IGUAÇU. Alerta Geral: Órgão oficial de divulgação e luta dos trabalhadores urbanitários. Foz do Iguaçu, PR. Ano 1 (4), 1992.

SINEFI - SINDICATO DOS ELETRICITÁRIOS DE FOZ DO IGUAÇU. Alerta Geral: Órgão oficial de divulgação e luta dos trabalhadores urbanitários. Foz do Iguaçu, PR. Ano 2 (12), 1993a.

SINEFI - SINDICATO DOS ELETRICITÁRIOS DE FOZ DO IGUAÇU. Alerta Geral: Órgão oficial de divulgação e luta dos trabalhadores urbanitários. Foz do Iguaçu, PR. Ano 2 (15), 1993b.

SINEFI - SINDICATO DOS ELETRICITÁRIOS DE FOZ DO IGUAÇU. Alerta Geral: Órgão oficial de divulgação e luta dos trabalhadores urbanitários. Foz do Iguaçu, PR. Ano 2 (18), 1993c.

SINEFI - SINDICATO DOS ELETRICITÁRIOS DE FOZ DO IGUAÇU. Alerta Geral: Órgão oficial de divulgação e luta dos trabalhadores urbanitários. Foz do Iguaçu, PR. Ano 2 (19), 1993d.

THOMPSON, Edward P. *A formação da classe operária inglesa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

Notas

¹Parte do trabalho inédito de conclusão de curso de pós-graduação do autor em Ensino de História e América Latina, realizado na Universidade Federal da Integração Latino-americana (Unila).

²Doutorando em Economia Política Internacional no Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), historiador (Unifesp) e analista internacional (Unila).

³Durante a década de 1980, traduções dos textos de Edward P. Thompson, entre outros historiadores marxistas britânicos, também influenciaram o debate e a elaboração da historiografia brasileira sobre a história operária.

⁴Como nem todos os exemplares do jornal Alerta Geral possuem o registro preciso da data em que foram impressos, mencionarei, sempre que necessário, o número do ano e da edição a que se referem os conteúdos citados. O arquivo a partir do qual o periódico foi consultado encontra-se ainda em fase de organização, não havendo, portanto, indicação precisa que informar sobre sua localização no acervo.

ARTIGO

⁵ Escrevi sobre os conflitos decorrentes da construção da Usina Itaipu Binacional e os indígenas Avá-Guarani no artigo intitulado *Espacio-temporalidad en las migraciones: indígenas Guaraní en conflicto con el desarrollo antidemocrático o desarrollismo* (Santos Junior, 2018).

